

A velha Lisboa (*)

A Velha Lisboa já teve o seu cronista; a pena brilhante do Visconde de Castilho (Júlio), na sua monumental obra *Lisboa Antiga*, não só coligiu os documentos e memórias descritivas da velha cidade, em parte desaparecida ou transformada, mas evocou a vida citadina dos tempos passados, habilitando-nos a ver, através do seu estilo primoroso, os acontecimentos e os sucessos de que Lisboa foi sucessivamente teatro, como se, apagando do pensamento todas as imagens e ideias do presente, estivessemos assistindo à evolução material e social da cidade de Lisboa.

Vamos apresentar aqui apenas umas rápidas notícias do que foi a capital desde o século XVI até ao fim do XVIII, para, conjuntamente com as fotografias deste álbum, se fazer uma pálida ideia do local onde os nossos avós lisboetas viveram, e da herança que nos legaram e que estamos usufruindo.

Até ao século XV a cidade de Lisboa quase se limitava à aglomeração de habitações encerrada na linha de muralhas que o rei D. Fernando fez construir no ano de 1373, para a pôr não só ao abrigo de um golpe de mão, mas em condições de resistir a um cerco demorado, cujas agruras, poucos anos volvidos, teve efectivamente de sofrer. Nessa época consistia a

(*) Publicado na Coleção de Vulgarização *Arte*, dirigida por Albino Forjaz de Sampaio, Lisboa, 1927.

cidade apenas numa região pouco superior ao nível das águas do Tejo, formando o que se chama hoje a *Baixa*, encerrada pelos montes de S. Francisco, do Carmo e de S. Roque, ao poente, e rodeada pelos do Castelo de S. Jorge, da Graça e de S. Vicente, ao nascente.

Para os lados do Oceano, e principalmente para os do norte e nascente da cidade, alvejaram as casas de campo, e sucediam-se as quintas dos fidalgos e dos burgueses endinheirados do tempo e as inúmeras e bem tratadas almoinhas ou hortas que abasteciam os mercados da cidade com os seus frutos e hortaliças, entre as quais figurava a fresca alface, de que proveio alcunharem de *alfacinhas* os naturais de Lisboa.

No período dos descobrimentos dos portugueses, no século xv, nasceu, nos outros países, o interesse de conhecerem este pequeno povo do extremo ocidental da Europa, que estava dando novas terras ao mundo, e novos produtos ao comércio europeu. A coincidência do aparecimento da tipografia e da gravura em madeira e em cobre, permitiu que por meio destas artes se comesçassem a vulgarizar no estrangeiro notícias descritivas e vistas panorâmicas da cidade, tomadas do Tejo. Neste álbum vai reproduzida uma das mais antigas vistas panorâmicas que foram publicadas no século xvi.

Como efeito dos descobrimentos e do desenvolvimento comercial em Lisboa, o âmbito desta, rompendo a cinta de muralhas fernandinas, começou a alargar-se rapidamente, os campos contíguos à cidade transformaram-se em bairros, novas freguesias se fundaram, e a população aumentou consideravelmente.

Chegou o dia 1.º de Novembro de 1755, e o terremoto desse dia, com os incêndios que lhe sucederam, arrasou uma grande parte de Lisboa medieval. A cidade nova que, sob o impulso do Marquês de Pombal, se reconstruiu sobre as ruínas do terremoto, tem um aspecto completamente diferente do da sua predecessora. A segunda metade do século xviii marca um grande traço de separação na história de Lisboa, não só

no que respeita à sua expansão superficial e à sua estrutura material, mas no que se refere à sua polícia e modificação dos costumes.

O cataclismo do 1.º de Novembro chamou também a atenção do estrangeiro para esta capital, dando origem a um grande número de publicações, em livros e em estampas, as quais apresentam a curiosidade de mostrar como os seus autores fantasiaram, em países longínquos, este sensacional desastre.

Até ao terremoto, especialmente no interior do recinto de muralhas construídas por D. Fernando, as ruas da cidade, formando uma teia emaranhada, eram estreitas, tortuosas, sombrias, mal ou nada calçadas, e sem interesse algum além do que lhes provinha do pitoresco derivado dos acidentes do terreno. A falta de canalização de esgotos, que era quase geral, tornava mui deficientes as condições higiénicas, e bem conhecidos são, de tradição, os precalços a que estavam sujeitos aqueles que se aventuravam a passar por baixo das janelas das habitações depois do sol posto, à hora em que as posturas camarárias permitiam que se fizessem para as ruas os despejos domésticos.

Desde os tempos a que remontam os documentos mais remotos, até ao terremoto, e mesmo depois, os mestéres e comerciantes de idêntica especialidade estavam em Lisboa arruados nas mesmas vias públicas, e davam o nome a estas. Além desta origem, as denominações das ruas e largos provinham dos nomes e alcunhas dos seus moradores ou vizinhos, ou de disposições topográficas ou a que a orografia dava origem, ou ainda de símbolos religiosos que a devoção de outras eras prodigalizava largamente para baptizar as vias de comunicação; numerosíssimos nomes de ruas eram tomados da invocação do mosteiro ou igreja que nelas ficava situada, ou dos santos ou imagens que se veneravam nos seus altares.

Era principalmente na Baixa que se concentrava a actividade comercial e industrial da cidade antiga, e onde se realizavam as festas públicas mais vistosas e mais concorridas.

Ali se encontravam as lojas mais ricas, atulhadas, em certas ruas, com as mercadorias que as nossas naus traziam do Oriente, e onde vinham abastecer-se os mercadores de todos os países. Como na Baixa os terrenos para edificações eram de muito valor, as casas, ao contrário do que acontecia no resto da cidade, tinham ali muitos andares, para recuperarem em altura o terreno que lhes escasseava para se alargarem em superfície.

No âmbito de Lisboa não houve, até ao meado do século XVIII, senão duas praças ou largos onde a população citadina pudesse respirar um ar um pouco mais puro do que aquele que lhe vinha pelas ruas estreitas e sujas. Essas praças eram o Terreiro do Paço e o Rocio.

A primeira, na marinha ou ribeira da cidade, refrescada pelas brisas do Tejo, era embelezada, no lado do poente, pelo palácio real, mandado construir pelo rei D. Manuel nos fins do século XV, acrescentado e reformado pelos reis que se lhe seguiram; do lado fronteiro, ou nascente, levantava-se o edifício das alfândegas, e o mercado ou terreiro aonde afluía o trigo nacional e o importado, para o abastecimento das atafonas e padarias da capital. O palácio real da Ribeira parece ter sido um dos mais sumptuosos edifícios da cidade; especialmente o mobiliário, os panos de Arrás que revestiam as paredes das salas, e a biblioteca, maravilharam os estrangeiros que em missões oficiais, ou em simples visitas de passeio, vinham até este recanto do ocidente da Europa.

Junto e ao poente do palácio tinha este um jardim, e ao norte do edifício e do jardim ficavam as casas da Índia e da Mina, a casa da Moeda, grandes depósitos de armamento para infantaria e cavalaria, e um armazém de peças de artilharia; tudo isto concentrado em volta dos paços reais.

O Terreiro do Paço anterior ao terremoto e o palácio da Ribeira desapareceram para regularização da cidade depois

Comércio, em cujo centro se ergue a monumental e bem conhecida estátua de D. José I, e vendo-se no sítio do segundo a ala ocidental dos edifícios sobre arcadas, que por três lados cercam aquela Praça.

Um pouco mais para o poente existiu a Ribeira das Naus, antecessora do nosso Arsenal da Marinha, onde se construíam as naus, galés e outras embarcações que constituíam as armadas para as guerras e para transportes comerciais das terras do Oriente, de África e do Brasil.

Algumas vistas antigas adiante reproduzidas mostram a fisionomia destes locais e edifícios, hoje transformados ou desaparecidos.

O Rocio, mais no centro da cidade, ostentava, no seu lado oriental, a igreja e parte do Convento de S. Domingos, e a fachada da igreja e do Hospital de Todos-os-Santos, mandado edificar no século xv por D. João II, para concentrar num só edifício todos os hospitais que, com a invocação de vários santos, estavam espalhados pela cidade. Ao norte da praça levantava-se o Paço dos Estãos, construído por D. Pedro, filho do rei D. João I, para servir de hospedaria ou aposentadoria às pessoas de representação que tivessem de vir a Lisboa, libertando os moradores desta do pesado encargo de as alojar e sustentar.

Neste álbum estão reproduzidas, em fotografia, vistas destes edifícios desaparecidos, tiradas de estampas antigas.

No local do Rocio é hoje a Praça de D. Pedro, assim chamada do monarca que deu à nação portuguesa a Carta Constitucional, e cujo monumento, também mui conhecido, se ergue ao centro da praça. A denominação de *Rocio*, que conta séculos de existência, ainda se usa, não tendo conseguido bani-la da linguagem popular, o decreto que crismou aquela praça.

No sítio do antigo Paço dos Estãos de D. Pedro, onde mais tarde funcionou o Tribunal da Inquisição, demolido pelo terremoto de 1755, foi novamente reconstruído o edifício para

este tribunal, o qual, depois de incendiado em 1836, deu lugar ao Teatro de D. Maria II, hoje Teatro Nacional, inaugurado em 1846.

E finalmente, onde existiu o Hospital de Todos-os-Santos, e o Convento de S. Domingos, vêem-se actualmente os quarteiros de casas que formam o lado oriental da Praça de D. Pedro.

Pela sua situação, pela sua vastidão, e enfim porque para aí estava orientada a tradição, eram as duas praças citadas os locais escolhidos pelos nossos bisavós lisboetas para as festas públicas, as justas e torneios, os autos de fé de sinistra memória, e as alegres corridas de touros.

Foi sempre este último divertimento muito do agrado do povo português, e extremamente curioso para os estrangeiros que visitavam a cidade; sobretudo as touradas que se realizavam naquelas praças a propósito de comemorações festivas nacionais ou da corte, eram mui aparatosas, não só no que respeita aos trajos dos personagens que nelas tomavam parte, como na ornamentação da praça e dos palanques que armavam para os espectadores.

Não havia antigamente em Lisboa muitos palácios grandiosos, como os que ostentavam as outras capitais da Europa. Os palácios dos nobres eram geralmente grandes, mas desconfortáveis, e as casas do povo eram acanhadas, mal construídas, e de pequena altura, com excepção das do bairro comercial.

Além do Palácio da Ribeira já citado, mais alguns paços reais havia na cidade, de entre os quais devemos mencionar o da Alcáçova ou do Castelo, situado onde são actualmente os quartelamentos do Castelo de S. Jorge. Pode dizer-se que foi neste paço que teve origem o teatro português, criado por Gil Vicente nos primeiros anos do século XVI, com um cunho perfeitamente nacional e popular.

Pelo tempo adiante, para exhibição dos espectáculos, adaptavam-se pátios ou barracas, situados em vários pontos da cidade, e a que chamavam «pátios das comédias». Um teatro

lírigo foi mandado construir por D. José I, já nos meados do século XVIII, junto ao seu palácio da Ribeira, onde é actualmente o edificio da Escola Naval e o Arsenal da Marinha, teatro que o terremoto de 1755 desmoronou, e que, na reedificação da cidade, desapareceu completamente.

Posteriormente a este cataclismo construíram-se algumas casas de espectáculos públicos, tais como a praça de Touros no Campo de Sant'Ana, o teatro da Rua dos Condes, no mesmo sítio mas totalmente diferente do actual, o teatro das Variedades e o circo Price, na Rua do Salitre, desaparecidos, assim como a parte da rua onde estavam situados, para a abertura da Avenida da Liberdade, os Recreios Whittoyne, na actual Praça dos Restauradores, com a sua esplanada até quase à cerca da casa professa de S. Roque, hoje edificio da Misericórdia, etc.

Várias fotografias deste álbum dão ideia do aspecto de algumas dessas casas aonde os nossos avós iam assistir aos espectáculos e luzir os seus trajos.

Além dos palácios citados, havia apenas dignos de menção pela sua grandeza, no recinto da cidade, o palácio do Corte Real, construído no último quartel do século XVI, junto da Ribeira das Naus, e o paço a-par S. Martinho. Este paço, certamente um dos edificios mais antigos de Lisboa, teve aplicações mui variadas, desde a de residência régia, tribunais e casa da moeda, até à de prisão, que ainda hoje conserva, com a denominação de «cadeia civil do Limoeiro». Foi neste paço que em 1383 se desenrolou a trágica cena da morte do Conde de Andeiro, valido da Rainha D. Leonor Teles, assassinado pelo mestre de Aviz, futuro rei D. João I.

Desde tempos mui remotos havia, dentro de Lisboa, vários mosteiros ou conventos de frades e de freiras, mas a necessidade de possuírem uma cerca, que na parte mais populosa da cidade lhes era dificultada pela escassez e valor dos terrenos, fez com que eles começassem a espalhar-se pelos arredores, 159

especialmente desde os fins do século XVI, escolhendo os pontos melhor situados, e os terrenos mais férteis, onde pudessem ter abundantemente regadas as hortas das suas cercas.

Depois da extinção das ordens religiosas em 1834 foram os conventos e as suas cercas vendidos a particulares, ou adaptados pelo Estado a vários serviços públicos, e muitos estão hoje de tal modo transformados, que difficilmente se lhes reconhece o seu aspecto, a sua architectura, e o seu destino primitivos.

As igrejas de Lisboa, tanto as dos conventos, como as paroquiais, até ao século XVI, eram também geralmente pobres de architectura, mas os seus interiores estavam sobrecarregados com obra de talha e outros ornatos ricos, conforme o gosto da época. Como os distritos paroquiais eram pouco extensos, as igrejas ficavam relativamente próximas, mas o terremoto de 1755, que arruinou algumas paróquias, e a reconstrução da cidade que obrigou, para efeitos de regularização das vias públicas, a suprimir outras, foram as determinantes útilmente aproveitadas para transferir algumas freguesias para regiões mais excêntricas da cidade, onde se erigiram as novas igrejas paroquiais. Tal é o que aconteceu com as freguesias de S. Jorge, de S. Bartolomeu, de S. Pedro e de S. Mamede.

Apesar dos estragos do tempo, e dos vandalismos dos homens, tem resistido até hoje a mais antiga igreja da cidade, a Sé, que consta ter sido edificada pelo nosso primeiro rei D. Afonso Henriques, ou por ele adaptada de um templo muçulmano que naquele sítio existia. A sua majestade, a sua charola e o seu claustro são coisas que se impõem à admiração dos visitantes, e que deviam ser objecto de respeito e de orgulho para os lisboetas. Uma das fotografias do álbum mostra um trecho do claustro desta igreja.

A capela real do Paço da Ribeira, era, no tempo do rei D. João V, a de maior nomeada da corte, tanto pelo esplendor das cerimónias religiosas, como pela riqueza da sua ornamentação e das suas alaias; tudo isso o terremoto de 1755

160 subverteu, para nunca mais reviver.

Além dos mercados permanentes de vitalhas que havia em Lisboa, um no Terreiro do Paço, outro no Rocio e um terceiro na Ribeira Velha, fazia-se também uma feira, cuja origem remonta porventura à época do domínio sarraceno, tendo perdurado até nossos dias. É conhecida por «feira da Ladra», e tem sido localizada em muitos pontos da cidade, desde o terreiro ao sul das muralhas do Castelo de S. Jorge, que conserva ainda a denominação de «Chão da Feira», até ao Campo de Santa Clara, onde se faz hoje o estendal de fatos, calçado, mobília e ferros velhos, constituindo uma exibição típica e característica do comércio de numerosa população da cidade.

As águas de que se abastecem os habitantes de Lisboa, provinham ou de chafarizes, ou de poços particulares ou públicos. Alguns chafarizes, como o do Terreiro do Paço e o do Rocio, hoje desaparecidos, eram pequenos monumentos architectónicos; o chafariz del-Rei, o de Dentro, e o da Praia, todos na ribeira de Lisboa, e que ainda subsistem, eram os que maior abundância de água possuíam; não obstante, em ocasiões de estiagem, a escassez deste elemento dava origem a discussões e brigas, e até a mortes. Nos princípios do século XVIII deu-se começo à realização da já antiga aspiração dos alfacinhas, de se introduzirem em Lisboa as águas duma abundante nascente próxima da vila de Belas, chamada «Água Livre», e para esse fim construiu-se um custoso aqueduto, todo de cantaria, que traz aquelas águas e as despeja, caindo em pitoresca cascata, num depósito situado na Praça das Amoreiras, do qual se abasteciam os chafarizes que se construíram em vários sítios da cidade, e cuja maior parte ainda se pode ver hoje; um dos mais artísticos é o que se ergue no centro do Largo do Carmo. Uma grande parte do aqueduto é suportado por arcos, sendo os mais altos e imponentes os que atravessam o vale de Alcântara, e é tal o arrojo destes, para a época em que foram construídos, que os estrangeiros os consideravam como uma das maiores curiosidades de Lisboa nos fins do século XVIII e 161

princípios do imediato, sendo por isso aproveitados como assunto para numerosas gravuras e estampas, que os tornaram conhecidos no estrangeiro.

Uma das fotografias do álbum mostra o aspecto geral desta obra de arte.

A iluminação pública só pelo ano de 1780 fez a sua aparição em Lisboa; até então eram as ruas escassamente iluminadas pelas lâmpadas que a devoção dos vizinhos acendia às imagens metidas em nichos nas paredes das frontarias dos prédios. Alguns desses nichos ainda chegaram até aos nossos dias, e numa das fotografias deste álbum está representado um deles.

Se a limitação do espaço nos não obrigasse a terminar aqui a resumida notícia que sobre a velha Lisboa nos propuzemos dar, muito mais poderíamos dizer sobre a sua fisionomia que, como consequência lógica das vicissitudes devidas ao progresso e ao tempo, era mui diversa da actual. Hábitos e mestéres havia que são completamente ignorados hoje; as suas numerosas e variadas procissões davam um aspecto característico às ruas; as festas de igreja, os autos de fé e as touradas eram divertimentos que muito apaixonavam o público, atraindo-o pressuroso aos locais onde eles se realizavam; a faina dos operários na Ribeira das Naus e o estendal de redes e varadouro de barcos nas praias do Corpo Santo e da Ribeira Velha, imprimiam à orla marítima da cidade um cunho privativo e especial; a escassez da polícia e a deficiência da iluminação nocturna facilitavam os recontros e verdadeiras batalhas nas ruas, que por vezes tinham desfechos trágicos; os mouros e judeus, e os negros de África, destacavam-se, com os seus tipos e trajos característicos, no meio da população burguesa, dos fidalgos e dos frades, dando às ruas aspectos pitorescos, não faltando a estes os numerosos e esfaimados cães e gatos, assim como também outros animais oriundos de África, que então

162 abundavam em Lisboa. E não menos animadas tornavam as

ruas da capital os vários pregões cantados dos vendilhões ambulantes, caracteristicamente lisboetas, que com o andar dos tempos pouco a pouco têm ido desaparecendo, e que da geração actual seriam quase ignorados, se alguns curiosos não tivessem tido a lembrança de os coligir e publicar em interessantes artigos de revistas, ou em peças musicais.

De tudo isto resta apenas a memória, e o espírito utilitário e prático, e as tendências niveladoras da época tornariam a actual cidade de Lisboa uma edição mais ou menos perfeita das outras capitais do mundo, se fosse possível tirar-lhe o pitoresco que resulta dos acidentes do terreno em que está edificada, e a magnífica vista da baía do Tejo que se lhe estende aos pés.

VISTAS PANORAMICAS DE LISBOA

Vistas panorâmicas de Lisboa (1)

Tem a cidade de Lisboa uma origem muito antiga, e as primeiras ligadas tradições históricas e cavalleirescas, e por isso desenvolveu-se a sua actividade no extremo do actual do Tago, não lhe sendo as extensões da actualidade da cidade de Lisboa, mais a continuação da actividade e por isso desenvolveu-se

VISTAS PANORÂMICAS DE LISBOA

Uma das mais antigas e mais modernas e mais activas cidades do mundo, Lisboa, tem a honra de ser a única cidade do mundo que se encontra na península, existando que a importância da cidade era tal, e nessa época, por o povo de Lisboa a honra de ser a única cidade do mundo, e a actividade da cidade era tal, e nessa época, por o povo de Lisboa a honra de ser a única cidade do mundo, e a actividade da cidade era tal.

As demais terras que se encontram ao longo do rio, pertenciam a diversos senhores, e a actividade da cidade era tal, e nessa época, por o povo de Lisboa a honra de ser a única cidade do mundo, e a actividade da cidade era tal, e nessa época, por o povo de Lisboa a honra de ser a única cidade do mundo, e a actividade da cidade era tal.

Com a invenção das pedras de diferentes ordens, a actividade da cidade era tal, e nessa época, por o povo de Lisboa a honra de ser a única cidade do mundo, e a actividade da cidade era tal, e nessa época, por o povo de Lisboa a honra de ser a única cidade do mundo, e a actividade da cidade era tal.

(1) Falcão, A. H. História da actividade da cidade de Lisboa, e a actividade da cidade era tal, e nessa época, por o povo de Lisboa a honra de ser a única cidade do mundo, e a actividade da cidade era tal.

Vistas panorâmicas de Lisboa (*)

Tem a cidade de Lisboa uma origem mui remota, a ela andam ligadas tradições históricas e cavalleirescas, o seu clima ameníssimo e a sua situação no extremo ocidental da Europa dão-lhe condições excepcionais de atracção e de facilidades para o comércio e navegação, e por isso devem considerar-se bemvindas e dignas de apreço todas as notícias que sirvam para dar a conhecer a sua história e as suas belezas, não só aos nossos compatriotas, mas a todos os demais povos, como capital de uma Nação que, se já foi grande, rica e próspera, é ainda hoje respeitada no grande congresso constituído pelas sociedades mundiais.

As densas trevas que escurecem as origens desta povoação começam a dissipar-se um pouco por ocasião do domínio romano na península, constando que a importância da cidade era tal, já nessa época, que o povo-rei deu-lhe a honrosa distinção de município romano, e denominou-a oficialmente *Felicitas Julia*.

Com a invasão dos povos de diferentes origens na península ibérica, Lisboa, presa sempre cubiçada, passou de mão em mão conforme as vicissitudes da sorte dos conquistadores,

(*) Publicado em *Elucidário Nobiliárquico* — Revista de História e de Arte, vol. II, Lisboa, 1929.

e acabou por cair na posse de D. Afonso Henriques, que, com o seu exército aliado a uma armada de ingleses, franceses e flamengos que na ocasião passava nas costas de Portugal em direcção à Terra Santa, a tomou aos mouros no ano de 1147.

Começam nesse tempo os documentos que vêm lançar mais alguma luz sobre a história de Lisboa. As narrativas dos nossos cronistas, a colectânea do Arquivo da Torre do Tombo, e as escrituras e outros pergaminhos conservados nas casas monásticas, constituem a quase única fonte de elementos que tem sido explorada para se averiguar alguma coisa acerca da cidade nos séculos XII a XV.

Mas até então todos esses documentos são manuscritos, e só com o auxílio de elementos subsidiários e mais recentes é que se podem reconstituir muitos pontos da topografia e alguns da arquitectura da cidade até ao fim da Idade Média.

Foi necessário que a tipografia tivesse feito o seu aparecimento, e que o gosto pela exibição de vistas panorâmicas das povoações tivesse incitado o buril dos artistas, para que comesçassem no século XVI a fixarem-se os aspectos da nossa capital em descrições e gravuras destinadas a correr mundo, e a darem-na a conhecer a muitos povos que não a conheciam senão pela fama de ser uma cidade donde partiam audazes navegadores, e que concentrava o comércio de uma grande parte do mundo então conhecido.

Essas representações gráficas da cidade, que começaram a vulgarizar-se desde os fins do século XVI, em estampas gravadas em madeira, mas mais geralmente em cobre, mostrando não só o seu aspecto panorâmico visto do Tejo, mas ainda alguns pormenores topográficos e arquitectónicos, tiveram por predecessores, pelo que se sabe até hoje, duas iluminuras em pergaminho, ambas dos princípios do 1.º quartel do mesmo século, e que vão reproduzidas acompanhando este artigo.

Uma delas constitui um filete ou acessório de uma das
168 folhas duma obra, que ficou incompleta, elaborada por Simão

Beninc, e que tinha por objecto uma Árvore Genealógica da Casa Real Portuguesa. Este original acha-se actualmente no British Museum, de Londres, onde tem o n.º 12.351 dos *Portuguese Drawings*; foi reproduzido pela fototipia numa edição alemã dos professores H. G. Ströhl e dr. L. Kaemmerer, com o título *Ahnemreihen aus dem Stammbaum des Portugiesischen Könighauses*, e a parte que contém a vista panorâmica de Lisboa foi reproduzida por Francisco da Fonseca Benevides na sua obra *Rainhas de Portugal* (tomo I, 1898, em frente da pág. 345); depois na *História da Colonização Portuguesa no Brasil* (em fotografia colada na pág. 6 do volume II), e por último no boletim *Arqueologia e História*, da Associação dos Arqueólogos Portugueses (volume V, 1926, intercalada entre págs. 108 e 109), acompanhada de uma descrição da autoria do signatário deste artigo.

A outra iluminura encontra-se na *Crónica de D. Afonso Henriques*, por Duarte Galvão, obra em pergaminho que pertenceu ao falecido Conde de Castro Guimarães, e por ele legada à Câmara Municipal de Cascais. Foi reproduzida numa edição da mesma *Crónica* feita pelo dito titular, *Crónica delrey Dom Affonso Hemrriques, primeiro rey destes reynos de Portugall*, e modernamente no «Diário de Notícias» (de 1 de Janeiro de 1925), e no citado boletim da Associação.

O mencionado artigo do boletim vem acompanhado de uma descrição sucinta das estampas, e aqui apenas faremos notar a grande semelhança que se nota no conjunto e nos pormenores das duas iluminuras, que se estende até aos barcos representados no Tejo, donde se deve seguramente inferir que uma foi copiada da outra, ou ambas de alguma vista mais antiga, mas hoje completamente ignorada.

As duas vistas de Lisboa que acompanham este artigo são as mais antigas que se conhecem, e por isso começamos por elas a série de reproduções que iremos fazendo das estampas, gravuras, litografias, quadros, etc., referentes à nossa capital. 169

Uma vista panorâmica de Lisboa nos fins do século XVIII

UMA VISTA PANORÂMICA DE LISBOA DOS FINS DO SÉCULO XVIII

do Conselho de Arto e Architectura de que se trata, e a qual se acha
dentro e mais especialmente se encontra, devendo-se explicar
tudo e bem guardada para a arte e para a historia.

É um desenho generalizado a vista da Cidade de Lisboa, feita em
folhas de papel, e que, segundo se sabe de um documento de
1787 de altura das referencias, indica a perspectiva da
panorama para o lado do rio, e que se encontra no
Arquivo do Conselho de Arto e Architectura de Lisboa.

Segundo se sabe, a obra de que se trata, e a qual se acha
dentro da lista original, e que se encontra no
Arquivo do Conselho de Arto e Architectura de Lisboa,
indica a perspectiva da vista da Cidade de Lisboa.

(1) *Arquivo do Conselho de Arto e Architectura de Lisboa*,
Arquivo do Conselho de Arto e Architectura de Lisboa.

Uma vista panorâmica de Lisboa dos fins do século XVIII (*)

Por mero acaso foi salva do extermínio a vista panorâmica de Lisboa que em fotografia acompanha o presente artigo. Estavam uns garotos preparando-se para recortar o papel segundo o perfil das casas, numa terra nos arredores de Viseu, quando acertou de o sr. Luciano Freire ter conhecimento do facto, pelo que adquiriu aquela vista em 1914, com destino ao Conselho de Arte e Arqueologia, do qual é ilustre presidente, e onde actualmente se encontra, devidamente encaixilhada e bem guardada para a sua conservação futura.

É um desenho aguarelado a tinta da China, feito em 6 folhas de papel unidas, medindo 3^m,615 de comprimento por 0^m,27 de altura; mas evidentemente falta o seguimento do panorama para o lado direito, isto é, do nascente, ou porque não chegou a fazer-se, ou porque se extraviou lamentavelmente.

Nestas 6 folhas abrangem-se cerca de 2 km. contados ao longo da linha marginal, e para completar o panorama de Lisboa para o nascente faltariam umas 4 folhas das mesmas dimensões das que se conservam.

(*) Publicado em *Elucidário Nobiliárquico* — Revista de História e de Arte, vol. II, Lisboa, 1929.

O local onde se postou o desenhador foi na margem sul do Tejo, em Cacilhas, a uns 200^m do sítio do farol para jusante. Esse ponto fica sensivelmente normal e a meio do plano da perspectiva do panorama que ele pretendia tirar.

*

É desconhecido o desenhador, porventura um arquitecto; mas incontestavelmente era ele um artista de muito merecimento, observador e minucioso. A perspectiva e os detalhes architectónicos semelham perfeitamente os obtidos pela fotografia, como é fácil verificar pelo grande número de edifícios ali representados, que ainda hoje se conservam. Atendendo à distância a que se achava, devia o desenhador estar munido com um bom óculo, e porventura uma prancheta e uma alidade.

*

Devido a estas apreciáveis qualidades do artista, pudemos fixar aproximadamente a data da feitura do quadro.

Nele não foi desenhada a Igreja do Convento do Coração de Jesus, ou da Estrela, cuja primeira pedra foi lançada em 1779, vendo-se porém nitidamente a fachada do próximo Convento de Nossa Senhora da Estrela, onde hoje é o Hospital Militar de Lisboa.

A Capela de Nossa Senhora de Monserrate, que já se vê, por baixo de um dos arcos do Aqueduto das Águas Livres, às Amoreiras, tem na cruz de azulejo que está nas costas do altarmor, do lado da Rua das Amoreiras, a data de 1767; os autores que escrevem sobre este assunto dizem que foi a capela inaugurada em 1773.

No horizonte projecta-se, na última folha dos desenhos, uma torre, que ou representa a cúpula da Igreja Patriarcal, se acaso a tinha, ou mais provavelmente a torre dos sinos da mesma igreja; estas construções existiram no sítio onde é actualmente

Ignora-se a data em que foi construída a torre, mas tendo as obras da igreja começado por 1757, devemos admitir que é posterior a este ano a data da erecção da torre, a qual, sendo de madeira, já carecia de ser escorada em 1764, por estar bastante apodrecida, tendo ardido em 1769.

Confrontando todas estas datas, deveremos colocar entre os anos de 1767 e 1769, a época da feitura do desenho, até que novos factos ou argumentos permitam fixar outra data.

*

Vamos chamar a atenção para algumas particularidades do desenho, pelas quais se pode fazer mais rapidamente a orientação do leitor; e para facilitar as referências designaremos pelos algarismos romanos I a V os 5 fragmentos em que foi necessário dividir a fotografia para terem cabimento nas páginas desta publicação.

*

As igrejas paroquiais que no desenho estão representadas são as seguintes:

Igreja antiga da Lapa (III), na Rua da Lapa, erecta em paróquia em 1770, tendo ao lado direito o extinto convento com 11 janelas alongadas no qual está hoje instalado o Asilo da Lapa. A paróquia foi transferida em Junho de 1887, para a Igreja da Estrela.

Igreja de Santos-o-Velho (III), cujo adro deita sobre uma elevação de terreno, na qual se rasgou mais tarde a Rampa de Santos. Vê-se uma porta abrindo sobre uma escadaria, predecessora das actuais Escadinhas da Praia, onde ela ia desembocar.

Igreja de Santa Isabel (IV), fundada em 1742, então ainda por acabar. Falta-lhe a torre do lado oriental, estando

a do lado ocidental na mesma fase de construção que ainda se vê no desenho de Luís Gonzaga Pereira, feito pelo ano de 1840 (1).

Igreja antiga de Santa Catarina (V), no alto de Santa Catarina, reparada depois do terremoto de 1755. Aí permaneceu a paróquia até ao ano de 1835, em que se transferiu para a Igreja dos Paulistas na Calçada do Combro. A antiga igreja arruinou-se, e no seu local construíram os industriais José Pedro Colares e Tomás Pedro Colares, por 1865, o lindo palacete que lá se vê, que é actualmente do industrial Alfredo da Silva.

Igreja dos Paulistas (V), paroquial da freguesia de Santa Catarina desde 1835, como acabamos de dizer; desta igreja avistam-se apenas as duas torres sineiras e o frontão, por sobre os telhados de dois palacetes do começo da Rua de Santa Catarina, que ainda se conservam sensivelmente com o mesmo aspecto.

*

Os conventos e mosteiros então existentes que o desenhador representou no seu quadro, e que se vêm mais nitidamente, são os seguintes:

Convento de Nossa Senhora das Necessidades, dos congregados do Oratório de S. Filipe Neri (I), em Alcântara, do qual se avistam duas fachadas, uma com 6 e outra com 8 janelas em cada andar. Nele é hoje a sede do Governo Militar de Lisboa.

Mosteiro do Sacramento (I), de Religiosas Dominicanas, na Rua do Sacramento, a Alcântara, assentando sobre um terra-pleno junto ao baluarte de Alcântara. A fachada que se ergue

(1) *Monumentos Sacros de Lisboa*, editado pelas Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, em 1927.

sobre a muralha da Rua Tenente Valadim, com 2 janelas grandes em cima e 2 pequenas por baixo, era o refeitório das freiras; a frente voltada para o nascente tinha, entre 2 janelas, um corpo um pouco saliente, com uma cruz, provavelmente de azulejo, que já foi tirada; contígua fica a igreja, com a capela-mor oitavada, e uma cúpula quadrada; as celas do convento vêm-se à esquerda. O edifício está hoje servindo de Depósito Geral de Material de Aquartelamento, e numa pequena parte funciona o Registo Civil do 4.º Bairro de Lisboa.

Convento de S. Francisco de Paula (I), de Religiosos Mí-nimos, na Rua Presidente Arriaga, antigamente Rua de S. Francisco de Paula, fazendo esquina para a Rua Ribeiro Sanches. A igreja, que ainda se conserva com a mesma invocação, vê-se do lado direito do convento.

Convento de S. João de Deus (I), de Religiosos Hospita-lários, quase fronteiro à igreja antecedente, e que actualmente é quartel do 2.º Batalhão da Guarda Nacional Republicana; mostra uma esplanada ou terraço avançando sobre o rio, que ainda existe; a igreja é o corpo do edifício em cuja empena se vêm duas janelas em quarto de círculo.

Mosteiro de Santo Alberto ou das Albertas, de Religiosas Carmelitas Descalças (II), com 14 janelas para a banda do rio, e uma extensa cerca ao poente; esta foi transformada no jardim chamado das Albertas, que é um dos miradouros sobre o mar, mais interessantes da nossa Lisboa. A igreja, que não foi demolida, fica contígua ao palácio do Museu de Arte Antiga, e o convento foi arrazado para a construção de novas dependências do mesmo museu.

Convento de Nossa Senhora dos Remédios ou dos Marianos, de Religiosos Carmelitas Descalços (III), no começo da Rua das Janelas Verdes; construção muito extensa, mostrando no desenho, no andar superior, além de 11 janelas, uma arcada com 5 vãos, que já não existe. Da igreja apenas se avista a janela superior da fachada, o frontão com um óculo circular, e os 2 remates esféricos que o ladeiam. O convento pertence 177

actualmente a particulares, estando instalada no 1.º andar uma pensão «York House»; a igreja foi adaptada a templo protestante.

Mosteiro de Nossa Senhora da Soledade, ou das Trinas, de Religiosas Trinas Recoletas (III); é a enorme construção, que se observa por cima da Igreja de Santos, com vários andares, e 16 janelas em cada um. Estão actualmente nele instalados o Arquivo de Identificação de Lisboa e o Laboratório Electro-Técnico da Administração Geral dos Correios e Telégrafos; e além disso serve de moradia a viúvas de oficiais, e a muita gente pobre.

Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré, ou das Bernardas, (IV), de Religiosas Recoletas de S. Bernardo; vê-se quase completamente reduzido a ruínas, como provavelmente o deixou o terremoto de 1755. Foi reconstruído, assim como a sua igreja, depois da época em que se desenhou o quadro, sendo habitado actualmente por numerosas famílias proletárias.

Convento de Nossa Senhora da Estrela, no Largo da Estrela, de frades Benedictinos (III); nele se acha instalado o Hospital Militar Principal de Lisboa, e a delegação n.º 2 da Farmácia Central do Exército; no mesmo funcionou, em seus começos, a Real Academia de Desenho, de História e de Architectura, a que se anexou a Aula de Escultura; a igreja, actualmente profanada, está situada ao meio da ala voltada para poente, que é a que se vê no desenho.

Convento de Nossa Senhora da Porciúncula, de Religiosos Capuchos Franceses, vulgarmente chamados Barbadinhos (IV); ficava situado na Rua da Esperança, onde funciona desde 1912 o balneário da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (números de polícia 49 a 55); vê-se no desenho à esquerda de um prédio alto com 3 pavimentos e 11 janelas, e foi completamente remodelado, pois que não sofreu *fracasso nem ruína com o fatal terremoto*.

Mosteiro de Santa Brigida, de religiosas vulgarmente chamadas inglezinhas (IV), situado na Rua do Quelhas; em 1864

foi adquirido pelos jesuítas para sua residência em Lisboa, onde estiveram até à sua expulsão em 1910; hoje serve de arquivo, biblioteca e museu das congregações (2).

Mosteiro do Santo Crucifixo, de Religiosas Capuchas chamadas Francesas da Primeira Regra de Santa Clara, vulgarmente conhecidas por Francesinhas (IV), no antigo Caminho Novo, à esquina para a Calçada da Estrela. O convento foi arrasado logo depois da revolução de 1910, e a igreja está actualmente (Fevereiro de 1930) a ser demolida, para regularização das vias públicas que naquele sítio convergem. O desenho mostra a fachada, com o seu grande portal em arco, com baixos relevos, que se guardam no Museu Arqueológico do Carmo.

Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, de Religiosas Franciscanas, no Largo da Esperança (IV); a igreja está representada no desenho por baixo do mosteiro anterior; vê-se o muro da cerca, com um grande portal que deitava sobre a Calçada da Estrela.

No local da cerca e do convento abriu-se a Avenida de D. Carlos, inaugurada em 1889, hoje denominada Presidente Wilson, a Rua dos Industriais, e, além de vários prédios de particulares, construiu-se nele a sede do comando e Quartel do Corpo de Bombeiros Municipais.

Mosteiro de Nossa Senhora dos Remédios, de Religiosas Trinitárias no Largo do Rato (IV); vê-se a sua extensa frontaria por baixo do Reservatório da Mãe-d'Água; a empena da igreja tem 3 janelas, sendo as laterais em quarto de círculo. No edifício funciona actualmente a Direcção-Geral da Assistência, e o Asilo José Estêvão, para raparigas.

Convento de S. Bento da Saúde (IV); mostra a fachada como era antes das grandes transformações que tem sofrido,

(2) V. *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, por Vitor Ribeiro, 1902, pág. 309.

para adaptação do edificio a palácio do Parlamento ou das Cortes; vê-se o adro que era fechado com muros, e nos quais existiam 2 portas, conforme diz o Padre Carvalho da Costa.

Convento de Nossa Senhora de Jesus, de Religiosas da Terceira Ordem de S. Francisco (V); no meio do casario avulta a igreja, com a extensa fachada do convento ao seu lado direito, e a Capela e o Hospital dos Terceiros, do lado esquerdo. A igreja é desde 1835 a paroquial das Mercês, e no convento está instalada, como se sabe, a Academia das Ciências de Lisboa, e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Hospício de S. João Nepomuceno e Sant'Ana, de Religiosos Carmelitas Descalços (V), no Largo de S. João Nepomuceno; avista-se num pequeno terreiro, inferiormente à Igreja dos Paulistas; nele está instalado o Asilo de Santa Catarina, fundado em 1858.

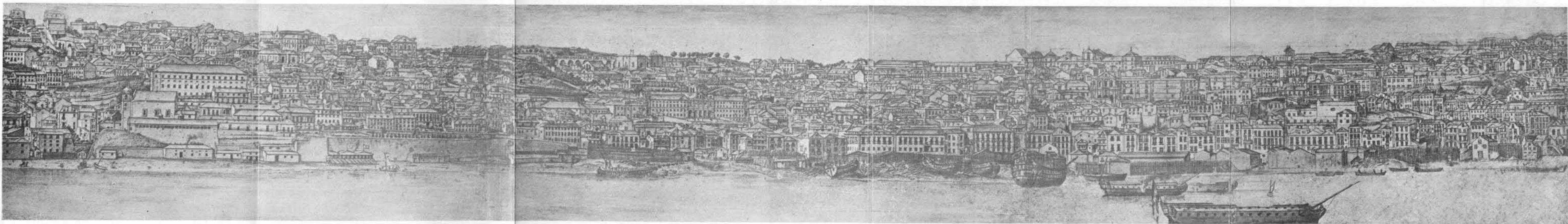
*

Dos palácios e casas nobres que estão representados no desenho mencionaremos, como mais salientes, os seguintes:

Palácio do Fiuza (I), em Alcântara, na extrema esquerda do desenho, mostrando, voltada para o observador, uma fachada com 5 janelas de sacadas (3).

Palácio das Necessidades (I), que foi a residência real até à queda da monarquia, e onde funciona actualmente o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Palácio na Rua do Pau de Bandeira (II). Na vertical da cerca do ex-convento das Albertas vê-se, no penúltimo plano, um palácio que ficava situado no local da actual Rua do Sacramento, à esquina para a Rua do Pau de Bandeira, que é o antecessor do palácio que foi dos Condes dos Olivais e Penha Longa, onde está hoje a legação da Alemanha; reconhece-se que foi completamente remodelado.



Uma vista panorâmica de Lisboa dos fins do século XVIII

Palácio do Conde de Óbidos (I), contíguo ao extinto convento de S. João de Deus, onde, no 1.º andar, está instalada a sede da Cruz Vermelha Portuguesa, e no rés-do-chão, que para o lado do rio tem a altura de um 2.º andar, mora o ilustre director desta publicação, Afonso de Dornelas.

Palácio da Imperatriz (II), ou dos Marquêses de Pombal, hoje do Estado, e onde é actualmente o Museu de Arte Antiga, contíguo, do lado esquerdo ou do poente, à igreja do extinto Convento das Albertas.

Palácio na Rua do Sacramento (II); por cima do palácio antecedente vê-se uma quinta e prédio da Rua do Sacramento, que foi de Francisco Lima Mayer, e hoje é do dr. D. S.º H. Horgan. O palacete tem 10 janelas de sacada no 1.º andar, e entre a 3.ª e 4.ª distingue-se, embebido na fachada, um painel de azulejo, de grandes dimensões, que ainda se conserva, contendo a imagem de Nossa Senhora da Conceição e uma cercadura com vários santos; tem a legenda seguinte:

SANCTUS DEUS
SANCTUS FORTIS SAN-
TUS IMMORTALIS
MISERERE NOBIS

No rés-do-chão funciona a secretaria da Embaixada Inglesa, e no 1.º andar está instalada a Legação da República da China.

Palácio na Rua das Janelas Verdes (II). Continuando para a direita do Museu de Arte Antiga, o prédio que se vê com 2 andares, 9 janelas em cada andar, e 4 águas furtadas, é o que forma a esquina ocidental da Rua das Janelas Verdes para a Rua de S. Domingos à Lapa.

Palácio do Marquês de Pombal (III). Prosseguindo ao longo da Rua das Janelas Verdes, encontra-se o palacete do Marquês de Pombal; apresenta na fachada voltada ao sul, 2 andares com 8 janelas em cada um, e uma janela acima do telhado; esta fachada está hoje um pouco modificada.

Palácio dos Viscondes de Asseca (III). Na mesma rua, e passado o Convento dos Marianos, vê-se o palácio que foi dos Viscondes de Asseca, tendo do lado esquerdo a capela, com uma cruz no remate da fachada. O primeiro andar e a cave tinham galerias com 5 arcos, na fachada que olhava para o rio. O palácio foi demolido por 1882, e no seu local construiu-se a fábrica de Pregaria e Serraria da Companhia Vitória.

Palácio dos Condes de Murça (III). O palácio antecedente sobrepõe-se em parte, no desenho, a outro que lhe fica fronteiro no lado oposto da Rua das Janelas Verdes, que é dos Condes de Murça e de Sabugosa. Do palácio vêem-se ainda 7 janelas de sacada do 1.º andar, além de mais 2 do corpo lateral que faz esquina para a Rua de S. João da Mata. Neste edifício está instalada no 1.º andar a Escola Industrial Fonseca Benevides.

Palácio do Marquês de Abrantes (III). A Igreja de Santos segue-se este palácio, que hoje é ocupado pela Legação da República Francesa, e pelo Consulado de França. Possuía uma extensa quinta, ao longo da actual Calçada do Marquês de Abrantes, suportada por uma alta muralha, que serve de parede do fundo às casas do lado norte da Rua Vasco da Gama, e do Jardim de Santos.

Nos princípios da monarquia existiu no local do palácio um convento de cavaleiros da Ordem de Santiago, mais tarde ocupado por freiras da mesma Ordem, até se transferirem, no ano de 1490, para o Mosteiro de Santos-o-Novo, que para elas mandou edificar D. João II. O convento foi extinto, e no seu local construíram-se uns paços reais, chamados de Santos, predecessores do actual palácio.

Palácio da Condessa de Sarmento (III). Entre o edifício do Convento das Trinas e o de Nossa Senhora da Estrela vê-se um palacete com 7 janelas de frente, e 2 na empena; fica situado na Rua do Quelhas; nele foi em tempos a sede da Nunciatura e actualmente está aí instalado o Liceu D. Filipa

Prédio na Calçada do Marquês de Abrantes (IV). O prédio que, seguindo para a direita, se vê com 3 andares e 11 vãos de portas ou de janelas em cada um, é o que tem na Calçada do Marquês de Abrantes os números de polícia 42 a 56; pertence hoje a D. Maria Augusta Martins David. Este prédio foi propriedade do armador de navios João António da Cruz Robim Borges, que consta que nele fez melhoramentos e ampliações, tendo também mandado construir o que actualmente lhe fica contíguo para poente, com os n.ºs 58 a 68, e o da Rua da Esperança, que faz esquina para a Travessa dos Barbadinhos, com os números de polícia 57 a 67. Estes dois últimos prédios foram levantados no local do extinto convento e cerca dos frades barbadinhos franceses, a que já nos referimos, tendo ficado excluída a igreja, que é actualmente o balneário da Santa Casa.

Palácio dos Duques de Aveiro (?) (IV). O prédio que no desenho se segue ao anterior, por baixo dos Conventos das Francesinhas e da Esperança, com 2 andares, e 6 vãos de janela de sacada no 1.º andar, deve ser o palácio dos Duques de Aveiro, transformado actualmente no enorme casarão que faz a esquina sul da rua e do Largo da Esperança (4).

Palácios do Conde-Barão e dos Almadás. Os palácios dos Condes-Barões de Alvito (IV), e dos Almadás, Provedores da Casa da Índia (V), o primeiro fazendo esquina para a Rua dos Mestros, e o segundo para a Rua das Gaivotas, vêem-se com toda a nitidez no primeiro plano do desenho; a praia em frente deles era então varadouro e estaleiro de construção de barcos. No 2.º daqueles palácios está actualmente instalada uma oficina tipográfica «Otosgráfica, Ltd.ª», e serve de armazéns da livraria Aillaud e Bertrand.

(4) V. *A Ribeira de Lisboa*, por Júlio de Castilho, 1893, livro IV, capítulo XI.

Palácio dos Soares da Cotovia (V). Na linha do horizonte, superiormente a estes palacetes, projectam-se duas fachadas, sul e oriental, do palácio de D. Rodrigo, ou dos Soares da Cotovia, onde está instalada desde 1768 a Imprensa do Estado, hoje denominada Imprensa Nacional.

Ao lado esquerdo avista-se um extenso telhado que deve ser do palácio que foi dos Condes de Ceia, e hoje é de D. Vasco Bramão.

Colégio dos Nobres (V). Um pouco para a direita, por cima da Igreja e Convento de Jesus, vê-se o edifício do Noviciado da Cotovia, depois mudado em Colégio dos Nobres (em 1761), que ardeu em 1843. Reconstruído segundo um novo plano, é hoje a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Palácios na Travessa da Condessa do Rio (V). Entre a Igreja dos Paulistas e terreiro do Convento de S. João Nepomuceno vêem-se dois palácios que formam as esquinas da Travessa da Condessa do Rio (*Grande*); o da esquerda é propriedade actualmente de José Mateus de Almeida Mendia, e o da direita de Guilherme Ferreira Pinto Basto, que nele fez grandes obras que, na fachada, lhe modificaram um pouco o aspecto.

Igreja Patriarcal de Lisboa (V). No céu projecta-se uma torre com ventanas, sobrepujada por uma cruz, que é, como já dissemos, a torre sineira da Patriarcal, incendiada, como a igreja em 1769. Por baixo da torre vê-se o envasamento da fachada da Patriarcal, com cunhais e membros de cantaria refendida, semelhantes aos que mostram dois quadros que ainda se conservam ⁽⁵⁾.

Um pouco mais abaixo nota-se a linha extensa de um baracão, caserna dos soldados do Regimento da Praça de Peniche, que vieram para Lisboa fazer o policiamento da cidade depois do terremoto de 1755, e a que deve o nome a Rua do Abaracamento de Peniche.

(5) V. *Depois do Terremoto*, por G. de Matos Sequeira, vol. I, 184 1916, pág. 107.

O horizonte do panorama é limitado pelas linhas de cumeeada que se avistam de Cacilhas. A esquerda do quadro tem por fundo a Serra de Monsanto, com alguns casebres e moinhos isolados; distingue-se uma furna das pedreiras de Monsanto.

Ao longe campeia uma ermida isolada, que é a da quinta dos Prazeres, onde se fez o cemitério da mesma denominação.

Daí, a renque de casas mais afastadas é da Rua do Sacramento, e em seguida a da Rua de Buenos Aires.

Entre as empenas de dois altos prédios fica a terminação superior da Rua das Trinas do Mocambo (III), hoje Rua Sara de Matos; é precisamente neste sítio que deveriam projectar-se a cúpula e as torres da Igreja da Estrela, se nessa época já existissem.

Daí por diante desenham-se edifícios de várias encostas e cumiadas, conforme as disposições orográficas da região de Lisboa que se avista de Cacilhas.

Com a maior nitidez vêem-se o Aqueduto e o Arco da Rua das Amoreiras, e o reservatório conhecido por Mãe-d'Água (IV); debaixo do 5.º arco do aqueduto está alojada a Capela de Nossa Senhora de Monserrate, contígua, no desenho, à igreja do Mosteiro do Rato.

Na Rua de S. Bento, próximo e à direita do edifício do convento (IV), distingue-se o frontão do arco da canalização das Águas Livres que conduz ao chafariz da Esperança.

O monte de Santa Catarina (V) apresenta-se ainda desprovido da sua muralha de suporte, e com uma cruz no adro da igreja, porventura a *cruz de pau* que deu origem ao nome da rua, hoje Rua do Marechal Saldanha, que segue daquele adro para o Largo do Calhariz, e que, segundo a tradição, servia para orientação dos marítimos até à barra do Tejo.

Extensos tratos de terreno existiam então sem edificações, especialmente para o lado da parte mais ocidental da cidade, vendo-se ainda, nos campos entre a Rua das Janelas Verdes

e a do Sacramento, duas quintas muradas, à inferior das quais, chamada Quinta da Arriaga (II), pertencia o prédio com 2 andares e 6 janelas em cada andar e 3 trapeiras; estas propriedades pertenceram a D. Mariana de Vilhena Coutinho Arriaga, camareira da Rainha D. Maria I, e são hoje da condessa de Seisal. Ao longo do muro desta quinta abriu-se a Rua da Arriaga, e contígua ao muro superior de vedação da outra quinta rasgou-se a Rua do Prior. Em parte dos terrenos desta última quinta são hoje o palácio e os jardins da Embaixada Inglesa.

A parte marginal da cidade, que se banhava nas águas do Tejo, foi desde então até ao presente completamente transformada. Naquele tempo ainda as tercenas ou armazéns, e os estaleiros, predominavam em toda a parte que foi abrangida no desenho.

Em Alcântara vê-se o baluarte (I), onde é a parada do Quartel do Corpo de Marinheiros, construído em 1862-65, e a cortina da quadrela imediata, sobre que se levanta uma fachada do refeitório do ex-convento do Sacramento; em seguida estão uma furna e fornos de cal (I), pelo sítio da Fábrica de Bolachas da Pampulha; a encosta onde está construído o Convento de S. João de Deus e o Palácio do Conde de Óbidos (I) apresenta ainda o aspecto selvático primitivo.

Em Santos, encostadas à muralha de suporte da quinta do Marquês de Abrantes, está uma renque de barracas, com uma bandeira portuguesa e outra inglesa, no topo de umas bancadas, naturalmente de madeira (IV); deviam ser ou barracas de banhos, ou mais provavelmente de alguma associação de recreio náutico, para o que o desenhador representou, junto à margem em frente delas, uma canoa de recreio, também embandeirada.

Vê-se depois uma ponte-cais de estacas (IV), e na margem uma fila de cavalos a caminho de um barco atracado à ponte; são naturalmente os veículos usados então para o transporte

Ali perto divisa-se um chafariz ou tanque de lavagem de roupa, tendo um portão semi-circular, com 3 acrotérios.

Do Largo da Esperança até ao extremo direito da parte desenhada, a margem do Tejo está toda ocupada com armazéns e estaleiros de construção de barcos (IV e V); uma palissada isolava estes estaleiros da rua. O aspecto do local é hoje totalmente diferente, não só pela construção de edifícios, mas pela enorme superfície que tem sido conquistada ao Tejo, para as sucessivas obras da margem e melhoramentos do porto de Lisboa.

*

Tendo percorrido rapidamente todo o panorama desenhado, que pela primeira vez é publicado, não podemos deixar de acentuar a sua extraordinária fidelidade, e o valor quase fotográfico que possui como documentação, para conhecimento do estado de uma parte da cidade poucos anos depois do terremoto de 1755. Bem haja o desconhecido autor que nos legou tão precioso trabalho.

Embarque de S. Francisco Xavier para a Índia (*)

As fotografias que acompanhara este artigo são de um quadro a óleo pertencente ao Instituto de Estudos de Muro de Alto Alentejo, mas provavelmente foi copiado no ateliê de Luís

EMBARQUE DE S. FRANCISCO XAVIER PARA A ÍNDIA

Grande do 1.º de S. Francisco Xavier para a Índia. Trata-se de um quadro do dia 7 de Abril de 1548, representando a preparação que se fazia para o embarque do santo enviado ao Oriente. Para este quadro, que se encontra no Museu de Muro, leu-se um conto (n.º 389) que diz ser de um antigo guardião do mesmo local, e que se refere à chegada de Santo a Goa, no dia 7 de Maio de 1548.

Além de algumas das gravuras ditas (n.ºs 11 e 12) de altura, são incluídas as seguintes: Placa do Colégio de S. Xavier em 1577-1578, que faziam provavelmente parte do mesmo conjunto de gravuras da Igreja de S. João, que pertenciam, de mesmo modo, à criação da Igreja em 1577 em Matos de Portugal.

De propriedade do Museu de Muro de Alto Alentejo

(*) Reproduzido em *Estudos de Etnologia e História da Arte*, n.º 11, Lisboa, 1970.

Embarque de S. Francisco Xavier para a Índia (*)

As fotografias que acompanham este artigo são de um quadro a óleo pertencente ao fundo de quadros do Museu de Arte Antiga, mas provisoriamente em depósito na sede do Conselho de Arte e Arqueologia, para onde foi em 20 de Março de 1914, o qual representa uma vista panorâmica de Lisboa tirada do Tejo, e, como pretexto do assunto da pintura, o embarque de S. Francisco Xavier para a Índia, facto que se realizou no dia 7 de Abril de 1541, conquanto seja contestável que o embarque se tenha efectuado no Terreiro do Paço. Este quadro, com o n.º 390 do inventário de quadros do Museu, tem um outro (n.º 389) que com ele faz *pendant*, guardado no mesmo local, e que representa a chegada do Santo a Goa, no dia 7 de Maio do ano imediato.

Ambos os quadros são de grandes dimensões: 4^m,31 x 1^m,27 de altura, não incluindo a moldura. Vieram do Colégio dos Nobres em 1867 (?), onde faziam provavelmente parte do recheio artístico do Noviciado dos Jesuítas ou da Cotovia, que antecedeu, no mesmo local, a criação daquela Colégio em 1761 pelo Marquês de Pombal.

Os quadros não estão datados nem assinados.

(*) Publicado em *Elucidário Nobiliárquico* — Revista de História e de Arte — vol. II — Lisboa, 1929.

Cirilo Volkmar Machado, na sua *Colecção de Memórias* (1), atribui-os ao capitão José Pinhão de Matos, ou ao pai do mesmo, Simão Gomes dos Reis, pois que a redacção daquele escritor presta-se a ambiguidade. Raczynski copiou-o (2); mas nenhum deles nos dá informações sobre os anos do nascimento e da morte daqueles artistas, o que nos permitiria fixar com uma certa aproximação, a data da feitura dos quadros.

O sr. Luciano Freire, illustre presidente do Conselho de Arte e Arqueologia, é de parecer que devem remontar à época de D. João IV, e que não são feitos totalmente pelo mesmo pintor; e especialmente os pequenos quadrinhos das cartelas, poderão ser atribuídos ao pincel do pintor José de Avelar Rebelo, que tendo vivido no reinado do Restaurador, trabalhou por conta dos Jesuítas (3).

Os dois quadros já foram reproduzidos em 1895, em litografia, na revista *Arte Portuguesa*, do artista Emílio Casanova, sendo acompanhado o respeitante à cidade de Lisboa, de um artigo descritivo do erudito Gabriel Pereira, e o relativo a Goa, de uma notícia do sábio Conde de Ficalho. Em excertos foram reproduzidos pequenos trechos em várias obras também modernas (4).

Sendo do tempo de D. João IV, como se presume, o quadro da partida de S. Francisco Xavier, de que especialmente vamos tratar, apresenta vários anacronismos, dos quais o mais saliente é o da representação do torreão do Paço da Ribeira, construído

(1) Edição de 1823, pág. 214.

(2) V. *Dictionnaire Historico-artistique du Portugal*, por A. Raczynsky, 1847, pág. 205.

(3) *Dictionnaire*, etc., pág. 17.

(4) *Lisboa Antiga*, por J. de Castilho, 2.^a parte, tomo V, 1889, pág. 127. *Depois do Terremoto*, por G. de Matos Sequeira, vol. I, 1916, pág. 408-A.

no reinado de D. Filipe II de Portugal, entre 1609 e 1619, simultâneamente com o acto do desembarque do Santo, que se realizou em 1541; anacronismos que, de resto, eram vulgares nos artistas, que tratavam de pintar os objectos como se lhes apresentavam à vista, sem curarem de saber como as coisas eram na época do acto que pretendiam comemorar.

Contém o quadro dois assuntos principais: uma vista geral da margem norte do Tejo, desde a Cruz Quebrada, à esquerda, até ao Terreiro do Trigo, à direita; e o embarque de S. Francisco Xavier numa galeota atracada no extremo da ponte da Casa da Índia; e, numa cartela ao meio, na parte superior, a cena da audiência de despedida de D. João III ao Santo.

Segundo a interpretação de Gabriel Pereira, é possível que algum dos fidalgos ali representados seja o vice-rei Martim Afonso de Sousa, grande amigo de Francisco Xavier, e Governador nomeado para a Índia, e com quem ele foi na mesma armada; um dos padres talvez seja Simão Rodrigues, que esteve na audiência de despedida, ou Francisco Mansilha, que também foi companheiro do Santo para a Índia. Do lado esquerdo, uma outra cartela, com um cherubim segurando um pergaminho desenrolado, explica em latim o assunto do quadro: *D. João III, tendo recebido as letras pontificias, expede para a Índia S. Francisco Xavier.*

No primeiro plano vê-se o Tejo coalhado de barcos, naus, galeões, caravelas, etc., das armadas portuguesas que naquele tempo faziam a carreira para a Índia, e bem assim, alguns navios de outras nacionalidades. Como é frequente nas pinturas daquela época, as bandeiras e velas dos barcos vêm-se infundadas por ventos soprando em direcções opostas.

Ao fundo desenrola-se o panorama de Lisboa, cujos edifícios principais se acham detalhadamente representados, sobretudo os dos primeiros planos; a maioria deles pode ser facilmente identificada.

Percorrendo rapidamente o quadro com a vista, encontramos primeiramente, na extrema esquerda, o Forte da Cruz Quebrada, e na cumiada dos montes alguns edifícios de grandes dimensões, um dos quais é provavelmente o Convento de S. José de Ribamar.

Depois vemos o Mosteiro dos Jerónimos, e defronte dele, cercada de água, a Torre de Belém; próximo do Mosteiro estão dois palácios, um dos quais diríamos ser o do Duque de Aveiras, se da história não constasse que ele foi construído nos fins do século XVII ou princípios do XVIII.

Lá se vê a Ermida de Santo Amaro, com a sua escadaria pela encosta, como se tem conservado até hoje, e em seguida, também na encosta, uma propriedade murada, que é a Quinta Real do Calvário.

Segue-se a Baía de Alcântara, sobre o fundo claro da qual se projecta um promontório escuro, que representa a Rocha do Conde de Óbidos, onde se distingue o Convento de S. João de Deus, o palácio daquele titular, e o Convento das Albertas, com o seu jardim do lado do sul.

Ao longo do rio vêm-se as tercenas ou armazéns de recolha de cereais e outras mercadorias, que duraram, quase com o mesmo aspecto, até à segunda metade do século passado.

Segue-se um outro promontório, menos nítido no quadro, no alto do qual se distingue a Igreja de Santos, e o palácio contíguo dos Marqueses de Abrantes, onde está hoje instalada a legação francesa. A quinta do palácio era cercada, da banda da terra, por um muro que se prolongava até à beira do Tejo; não existia ainda a muralha de suporte daquela propriedade sobre a praia, que forma actualmente o envasamento dos muros de tardo das casas da Calçada do Marquês de Abrantes.

Por trás da parte mais alta do muro vê-se um grande edifício, que deve ser o Convento de Nossa Senhora da Nazaré, vulgarmente conhecido por Convento das Bernardas, na Rua da Esperança, hoje residência de uma numerosa colónia de gente

O muro da quinta do palácio de Santos tem, no quadro, um lanço ameiado paralelo ao Tejo, ao qual se segue uma renque de edifícios, quase todos com 2 e 3 andares, alinhando-se na pequena praia do rio; são os antecessores dos prédios do lado norte dos actuais Largo do Conde-Barão, Rua da Boavista e Rua de S. Paulo.

No meio da casaria parece entrever-se o Mosteiro da Esperança, e pela encosta acima estende-se uma grande cerca arborizada, e com 6 ciprestes perfilando-se no céu, que Matos Sequeira supõe ser o cemitério dos alemães, mas que nos inclinamos a que seja a cerca do Convento de S. Bento da Saúde, edifício que se vê no ângulo inferior direito da cerca, a qual se prolonga até ao Convento de Nossa Senhora da Estrela, que se avista na linha da cumeada.

As casas que limitam esta cerca, do lado direito, são as do lado ocidental da Rua de S. Bento, da qual nasce, subindo obliquamente pela encosta, uma rua que será a antecessora da actual Rua do Arco, ou mais provavelmente da Imprensa Nacional.

Na linha da cumeada avista-se a casa do Noviciado dos Jesuítas, no local da Escola Politécnica, e a meia encosta, junto à citada azinhaga que vai para a Rua de S. Bento, uns casarões que foram identificados com o Palácio dos Soares, onde é o actual edifício da Imprensa Nacional, distinguindo-se, no ângulo inferior do muro de vedação da quinta do mesmo palácio, o pombal que deu o nome à quinta.

A direita dos edifícios que se seguem ao Noviciado vê-se uma coisa parecida com uma arcaria, que Matos Sequeira presume que poderia representar o *aqueduto de S. Pedro de Alcântara*, porventura restos do aqueduto romano, de que hoje não existem nem vestígios.

A Igreja de S. Paulo, voltando para o observador o seu muro de tardoz, porque a frontaria ficava orientada para o poente, ergue-se no meio da casaria, e ao seu lado esquerdo

distinguem-se no quadro as igrejas de Santa Catarina, que existiu no Alto da mesma denominação, e a das Chagas, quase unidas por efeito da perspectiva.

Continuam os prédios de habitação e armazéns junto ao rio até ao Palácio do Corte Real, que ostenta as suas extensas galerias avançando pelo Tejo dentro, e limitando por esse lado a Ribeira das Naus, antecessora do nosso Arsenal da Marinha.

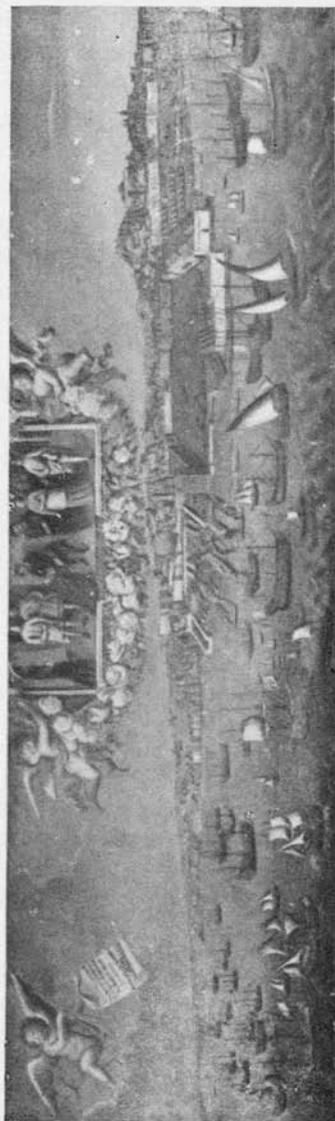
Por cima vêm-se dois enormes prédios, Palácio dos Duques de Bragança, que muito padeceu com o terremoto de 1755 e com o incêndio que se lhe seguiu, e que originaram o desaparecimento de imensas riquezas que constituíam o seu recheio.

No meio das casas sobressai uma grande chaminé, naturalmente pertença de alguma das oficinas de ferreiros que por aqueles sítios abundavam; por baixo vê-se um grande palácio, que talvez fosse o de Lopes Mendes do Rio, e um pouco mais à direita, no alto de uma escarpa, o palácio que foi dos Condes da Ribeira e de Vila Franca, situado, na cidade actual, no extremo superior da Calçada de S. Francisco.

Do lado esquerdo deste palácio entrevê-se a torre sineira da Igreja dos Mártires, cuja fachada principal era voltada para o poente, e por trás do mesmo o maciço do Convento de S. Francisco da Cidade e uma das torres da sua igreja.

A Ribeira das Naus acha-se representada no quadro com muita fidelidade. Confrontando os seus detalhes com a planta conhecida da Lisboa anterior ao terremoto de 1755, verifica-se que já nos meados do século XVII o arsenal possuía as mesmas caldeiras, estaleiros, oficinas e aparelhagem que apresentava um século mais tarde, e cujas linhas gerais ainda hoje se podem descortinar, apesar de tantas modificações que ulteriormente sofreu.

A actual doca de abrigo do arsenal já existia há três séculos atrás, e formava um dos seus lados a ponte da Casa da Índia, em cuja extremidade se vê D. João III despedindo-se de S. Francisco Xavier, já embarcado na galeota; a figura do Santo



Embarque de S. Francisco Xavier para a Índia

Segue-se depois, na margem do rio, o Palácio Real da Ribeira, construído por D. Manuel I, mas já com o elegante torreão e cúpula com lanternim, construídos por Filipe Terzi por mandado do rei D. Filipe II de Portugal. À esquerda vê-se nitidamente a torre sineira da Capela Real com o seu relógio na face voltada para o rio, e porventura com outro mostrador na face orientada para o Terreiro do Paço.

A disposição e arquitectura das alas norte-sul e poente-nascente do Palácio Real da Ribeira, representadas no quadro, são mui semelhantes às que existem nas vistas que se conhecem do mesmo palácio, da primeira metade do século XVII, de origem nacional (5).

São bastante diferentes das que se conhecem anteriores à construção do torreão filipino, (6) as quais representam a genuína construção manuelina, cuja duração foi pouco além de um século. O palácio do nosso quadro diverge também bastante dos que constam das vistas fantasiadas e publicadas no estrangeiro, tomando por base os panoramas de Lisboa, da obra de Jorge Braunio (7).

Devemos pois assentar que a representação do Palácio Real da Ribeira é a mais fidedigna vista de como eram os paços reais

(5) Na seguinte obra: *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II...* por João Baptista Lavanha, desenho de Domingos Vieira, 1622. — Na colecção de vistas de Lisboa por Dirk Stoop, 1660. — No quadro a óleo da autoria do mesmo Dirk Stoop (?), reproduzido por Matos Sequeira a pág. 52-A da obra: *Tempo passado*, 1923, etc.

(6) Por exemplo, nas seguintes obras: *Chronica de El-Rei D. Afonso Henriques*, por Duarte Galvão (V. n.º 4 do vol. II deste *Elucidário*); *Arvore Genealógica da Casa Real Portuguesa*, de Simão Beninc (idem); *Livro de Horas de D. Manoel*, no Museu de Arte Antiga; *Chronica de D. João I*, por Fernão Lopes, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

(7) *Civitates orbis terrarum Liber primus*, por Georgivs Bravn Agrippinensis — 1572 — *Vrbum præcipuarum mundi theatrum quintum* — Avetore Georgio Bravnio Agrippinate s/d (1593?).

depois da remodelação feita por ordem de Filipe II, e que se manteve, com pequenas alterações, até ao terremoto grande de 1755.

Continuando para o nascente, as edificações da parte norte do Terreiro do Paço mostram muitos andares, vendo-se as portas da muralha da cidade conhecidas por Arco dos Pregos e Arco do Açougue, havendo entre estes dois arcos uma varanda sobre esteios de pedra, tendo por baixo lojas onde em 1573 se vendia louça. As Portas da Ribeira, que não foram representadas no quadro, mas que ficavam situadas no intervalo entre os dois últimos prédios do lado norte da praça no canto da direita, alojavam-se os remendões em tendas, e negociavam em alpendres os vendedores de vidro.

O lado oriental da praça era ocupado, na parte mais setentrional, pelo edifício do Terreiro do Trigo; e na parte restante pelas casas das Alfândegas Reais, cuja porta de entrada ficava abrigada sob um alpendre.

No lado sul da praça vê-se ao centro o Forte do Terreiro do Paço ou da Vedoria, e à direita outras dependências das Alfândegas.

Ao centro ergue-se o chafariz encimado pela estátua de Apolo, e espalhadas pelo terreiro vêm-se várias seges, fidalgos a cavalo e a pé, homens e burros com cargas, dois moços transportando uma caixa a pau e corda, etc.

De entre o aglomerado de casas que se vêm por trás dos edificios do Terreiro do Paço sobressaiem, na linha da cumeada, o Convento da Trindade, por cima do qual se avista o frontão da Igreja de S. Roque; o Convento do Carmo; e o Convento de S. Pedro de Alcântara, no alto de uma encosta arborizada, onde se construíram, no século seguinte, as duas muralhas de suporte dos actuais jardins de S. Pedro de Alcântara.

Mais em baixo vêm-se as duas torres piramidais, pintadas com faixas angulares azuis e brancas, da Igreja de S. Julião; as duas torres sineiras da Igreja da Conceição Nova; uma cúpula

sobre arcadas que possivelmente pertenceria à Igreja de S. Nicolau, ou de Santa Justa, ou do Convento da Encarnação.

Entre estas torres projecta-se no horizonte o maciço de um convento, que se poderá identificar com o de Sant'Ana, ou porventura com o Colégio de Santo Antão dos Jesuítas; e mais à direita a Capela de Nossa Senhora do Monte, a que se segue uma grande edificação, já meio encoberta pelo Monte do Castelo, que pretende representar o Convento da Graça.

Na base da linha do perfil deste monte avista-se uma torre que exitamos sobre se será a da Igreja de S. Cristóvão ou de S. Lourenço, e à direita vê-se a grande mole do Palácio do Marquês de Tancos, ainda existente.

O castelo de S. Jorge mostra a disposição que tinha antes das grandes obras que lhe deram o detestável aspecto que actualmente possui. Conclui-se por isso que esta remodelação é posterior a D. João IV, isto é, ao meado do século XVII, sendo provável que as construções que se vêm no quadro representem ainda os antigos Paços da Alcáçova e a Torre do Tombo, na qual foi instalado de origem, como é sabido, o Arquivo Nacional, que daquela torre recebeu o nome.

Na linha do horizonte projecta-se em seguida o perfil do Convento de Santo Elói ou dos Loios, por cima de cujo telhado se avista uma igreja, que poderá ser a do mesmo convento, ou mais provavelmente a de Santa Cruz do Castelo.

Por baixo vê-se a Igreja da Sé, com as suas duas torres sineiras na fachada, e a grande torre quadrada sobre o cruzeiro; contíguo a esta fica o edificio dos Paços dos Arcebispos de Lisboa, apresentando um grande portal voltado para o sul.

A prisão do Limoeiro deve achar-se representada no quadro, no meio da casaria, mas não conseguimos identificá-la.

No céu perfilam-se em seguida as duas torres sineiras da fachada da Igreja de S. Vicente de Fora, por cima do Mosteiro, assim como o zimbório, que os contemporâneos consideravam uma das *coisas mais magníficas* da Corte, mas que caiu pelo terremoto de 1755.

Continuando para a direita, recorta-se no horizonte o perfil de um outro edifício com o aspecto de convento, que será algum daqueles mosteiros que ficavam para o nascente de S. Vicente; provavelmente o Mosteiro de Santa Clara. Também se tem pretendido identificá-lo com a igreja inacabada de Santa Engrácia.

No segundo plano vemos, deste lado, a Ribeira, com as suas tendas de venda de peixe e de outros artigos comestíveis, e, na extrema direita, a força onde ainda estrebucha um supliciado vestido de alva. Na vasta praça circulam algumas segas, mulheres e homens com cargas, e próximo das barracas de venda, vêm-se duas mulheres sovando uma outra (ou um homem) estendida no chão, sem que ninguém lhe acuda; parece que esta cena, pela sua vulgaridade, já não conseguia despertar a atenção.

O fundo da Praça da Ribeira é constituído pelas fachadas de vários prédios, alguns dos quais ainda se conservam, e outros são os antecessores dos que lá vemos ainda nas Ruas dos Bacalhoeiros e do Cais de Santarém. É pena que se não tenha podido representar no quadro o edifício da Misericórdia, que ficava por trás do Terreiro do Trigo antigo, o que nos permitiria conhecer a arquitectura completa da sua fachada lateral, que é hoje ignorada.

Entre as fachadas dos prédios observam-se algumas torres ameiadas da cerca mourisca de Lisboa, e numa delas a porta da cidade a que chamavam, e ainda se chama, Arco das Portas do Mar. Distingue-se nitidamente a Casa dos Bicos, com as suas sobre-lojas e dois andares, e três grandes prédios que na antiga Lisboa eram os palácios do Duque de Aveiro, de Francisco de Távora, e do Conde de Cuculim, este último transformado no armazém de ferro da firma Sommer & C.^a, e separado do anterior pela passagem conhecida por Arco de Jesus, provavelmente uma das portas modificadas da cerca moura da cidade.

Para o nascente seguem-se uns prédios que em 1755 eram propriedades dos Condes de Vila-Flor e o palácio do mesmo, tendo pela frente uns balcões ou terraços conhecidos por *va-*

no quadro; e por último o chafariz d'el-Rei, mostrando 6 bicas com água corrente e uma cortina de vedação do recinto, na qual se abre a entrada do lado ocidental; o chafariz ficava entalado entre duas torres da muralha moura, que hoje já se não distinguem, conquanto exista parte da oriental metida no interior do prédio contíguo ao chafariz.

No rio, quase todas as embarcações que se vêm do lado esquerdo, têm uma bandeira toda azul, pavilhão de guerra de D. João IV, estando entre elas uma nau com uma bandeira branca, tendo uma águia preta com duas cabeças (pavilhão de Messina?), duas holandesas (pavilhão com 3 faixas horizontais; encarnada, branca e azul), e duas naus inglesas.

Ao centro do quadro e à direita predominam os barcos de guerra portugueses: naus com uma bandeira branca com o escudo e a coroa real (pavilhão real de Portugal), e com bandeira branca com a cruz vermelha de Cristo (pavilhão das armadas da Índia); defronte do Forte do Terreiro do Paço está ancorada uma nau com uma bandeira vermelha e duas faixas brancas em cruz (de Malta?); e no primeiro plano, do lado direito, vê-se uma nau, cujos detalhes da bandeira já se não podem distinguir no quadro, não tendo sido por isso possível identificar-se a nacionalidade do barco.

*

Por esta rápida descrição dos objectos representados no quadro, cujas identificações aqui mencionadas são susceptíveis, nalguns pontos, de serem rectificadas, reconhece-se o seu grande valor documental para a iconografia de Lisboa, fazendo votos para que um bom tratamento futuro contrabalance as avarias que o tempo se encarrega de produzir, e para que ele possa ser exposto em local de fácil acesso aos estudiosos e aos curiosos.

O seu exame é indispensável a quem se proponha estudar a velha Lisboa, e os modernos escritores que a tal assunto se têm dedicado, já desta vista panorâmica de Lisboa se têm largamente utilizado.

*

Há um outro quadro, também de grandes dimensões, que representa uma vista panorâmica quase idêntica da parte referente à cidade de Lisboa, mas o seu estado de conservação não permite que seja aqui reproduzido. Está colocado na parede do lado esquerdo de quem entra, junto ao tecto, na Igreja de S. Luís, rei de França; mas além da deterioração natural devida ao tempo, a falta de tratamento, o fumo das velas, a humidade e a poeira, têm enfolado a tela, estando o quadro condenado a uma perda próxima e irreparável.

Junho de 1929.

UM PROBLEMA ARQUEOLÓGICO

THE PROBLEM OF THE
UNION OF THE
NATIONS

THE PROBLEM OF THE
UNION OF THE
NATIONS

Um problema arqueológico (*)

...Sr. Director de «A Voz», meu illustre colega: — No jornal do dia 4 li um artigo sobre a Igreja da Conceição Velha, que contém várias notícias interessantes que, conquanto sejam conhecidas, é da máxima conveniência que se divulguem pelo público, porque lhe dão a conhecer factos da história dos nossos monumentos, aos quais geralmente se acham associados feitos notáveis dos nossos antepassados, ou actos de filantropia que muito os enobreceram.

Vi, porém, que o articulista persiste no erro da localização da antiga comuna dos judeus ou Judiaria Grande, perto da praia, colocando aí a sede da sinagoga, no local onde hoje se acha a igreja da Conceição Velha.

Ora a Judiaria Grande nunca foi aí. Esse erro é devido originalmente a frei José Pereira de Sant'Ana que na sua «Crónica dos Carmelitas», (tomo I, parte III, pág. 363) disse que a sinagoga grande dos judeus ficava situada em Vila Nova de Gibraltar. Alexandre Herculano sobre este tema escreveu um brilhante artigo «O Panorama», vol. 2.º, série 2.ª, 1843, pág. 403) que muito contribuiu para divulgar esta falsa notícia. E por último o grande romancista António de Campos Júnior, no seu romance de «Guerreiro e Monge», que tanto

(*) Publicado em *A Voz*, 11 de Outubro de 1929.

interessou o público quando foi publicado em folhetins no «Século», ainda mais contribuiu para arrearçar esta errada noção de ter existido a Judiaria no local onde é hoje a igreja da Conceição Velha.

Num estudo documentado que foi publicado na «Revista de Engenharia Militar», e mais tarde em «separata» com o título «As Muralhas da Ribeira de Lisboa» (1900), circunscrevi todo o recinto da Judiaria Velha, marcando-o na planta de Lisboa actual, e por ela se vê que este bairro judeu ficava distante da orla marítima de Lisboa, e era limitado, na nossa cidade actual, aproximadamente pela Rua da Vitória, a N.; Rua dos Correiros, a O.; Rua de S. Julião, a S.; Rua da Madalena, a E.

Nunca a esta comuna judaica se chamou Vila Nova de Gibraltar. A esnoga ou sinagoga grande ficava situada no leito actual da Rua dos Fanqueiros, aproximadamente a meia distância entre a Rua da Conceição e a Rua de S. Nicolau.

Esta sinagoga grande, depois da expulsão dos judeus em 1496-98, foi adaptada ao culto cristão, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, e D. Manuel deu-a, em 1502, aos freires de Cristo, que para lá se mudaram de uma ermida que tinham no sítio do Restelo, onde depois se construiu o Mosteiro dos Jerónimos; e naquele templo se conservaram até ao terremoto de 1755, que o desmoronou, e não foi reconstruído.

Em 1698 erigiu-se na antiga e desaparecida Rua Nova dos Ferros, uma igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição, para uma freguesia desta invocação que já existia, igreja que também se desmoronou pelo terremoto e incêndio de 1755. A esta igreja chamava o povo Conceição Nova, por contração à Conceição Velha, onde estavam os freires de Cristo, e que tinha sido a sinagoga da Judiaria.

Depois da reconstrução da parte arruinada de Lisboa, esta igreja paroquial foi levantada no sítio onde actualmente está, como matriz da freguesia da Conceição Nova.

O edifício da Misericórdia, construído entre os primeiros anos do século XVI e o ano de 1534, foi também arruinado pelo terremoto de 1755, assim como a sua igreja, que parece ocupava a parte central, ficando de pé a capela fronteira à porta lateral, e esta com as duas altas janelas que a ladeavam.

Com estes restos se fez uma igreja, a actual igreja da Conceição Velha, que foi dada aos freires da Ordem de Cristo, em compensação da outra igreja dos mesmos, onde havia sido a sinagoga.

Transferindo estes freires para a sua nova igreja na Rua da Alfândega em 1770, com eles veio também a antiga designação da Conceição Velha, que ainda subsiste. O seu título é: Real Capela de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa.

Assim se repõem as coisas na sua devida exactidão.

Sobre o autor e o original manuscrito das «Memórias curiosas» de Frei António do Sacramento (*)

Na primeira edição de livros foi impresso no Império, e publicado, segundo um manuscrito sobre o qual se trata,

SOBRE O AUTOR E O ORIGINAL MANUSCRITO DAS «MEMÓRIAS CURIOSAS» DE FREI ANTÓNIO DO SACRAMENTO

escrevendo, como diz outra na Memória (18277, 1.º) tendo estado aprisionado porra de uma doença, e depois de entrar de novo no convento da Igreja de S. João, onde se preparava para morrer.

Leu-se o di-ure as seguintes informações biográficas e bibliográficas sobre Frei António do Sacramento:

«Filiolus de paróquia de Pórtico, cujo instituto professava no convento de Foz de 1720. Passou várias vezes de 1720, e achou-se no Convento de cravença de Belfm, na ilha de S. Maria em Vila Verde, concelho de União, e depois de 1720, em 1721, de família um nobre, sendo filho de António Teodoro Coelho, e de sua mulher Maria de Sampaio Ribeiro. Ignora a data da publicação»

(*) Possui-se um manuscrito escrito de Frei António do Sacramento «Memórias curiosas sobre a história em que, por certo, após de 1770, se incluem as seguintes peças de Livro de Memórias, editado pelo Império, e impresso em Lisboa, 1770.

DE FREI ANTONIO DO SACRAMENTO
MANUSCRITO DAS "MEMORIAS CURIOSAS"
SOBRE O AUTOR E O ORIGINAL

Sobre o autor e o original manuscrito das «Memórias curiosas» de Frei António do Sacramento (*)

Num leilão de livros há meses realizado na Empresa Liquidadora, comprei um manuscrito muito curioso em que o seu autor, frei António do Sacramento, faz a descrição do estado a que ficou reduzida a cidade de Lisboa pelo terremoto do 1.º de Novembro de 1755, e pelo incêndio que se lhe seguiu.

O autor foi testemunha presencial e quase vítima dos abalos sísmicos, como ele conta na *Memória XXXIII*, § 91, tendo estado aprisionado cerca de três horas debaixo dos entulhos do desmoronamento da Igreja de S. Julião, onde se preparava para pregar.

Inocência dá-nos as seguintes informações biográficas e bibliográficas sobre frei António do Sacramento:

«Franciscano da província de Portugal, cujo instituto professou no convento do Porto em 1729. Exerceu vários cargos da Ordem, inclusive o de Guardião do convento de Belém, na Terra Santa. Nasceu em Vila Verde, concelho de Unhão, comarca de Guimarães, em 1711, de família mui nobre, sendo filho de Cristóvão Teixeira Coelho, e de sua mulher Maria de Sampaio Ribeiro. Ignoro a data do seu óbito.»

(*) Prefácio ao manuscrito inédito de Frei António do Sacramento «Memórias curiosas sobre o estado em que, por estes anos de 1778, se acham as principais coisas da Corte de Lisboa», editado pela revista *A Feira da Ladra*, 1929.

Acrescenta que escreveu várias obras sobre assuntos místicos, que cita, dizendo que, exceptuando a *Virgem Sancta e peregrinação devota que aos Sanctos Logares de Jerusalem, em que se obrou a nossa redempção, fez nos annos de 1739 e 1740* (Lisboa, 1748), as restantes obras deste autor não gozam de estimação alguma, e correm por ínfimos preços (1).

Sobre a data do falecimento do frade uma presunção se pode tirar das presentes *Memórias*; foram estas escritas em 1778, e em 1782 frei Francisco da Porciúncula, da mesma Ordem religiosa, rectificou à margem a *Memória XXX*, para restabelecer a *verdade da história*; presumindo que fosse então este frei Francisco o detentor do manuscrito, deveria ter sido entre aqueles dois anos o falecimento do autor.

As avarias produzidas pelo terremoto, e pelo incêndio subsequente, nos edifícios, palácios, conventos e igrejas da Corte ou cidade de Lisboa são minuciosamente descritas pelo frade, que tinha um grande espírito observador e desejava legar à posteridade a recordação do seu nome ligado a um tão memorável acontecimento (*Memória XXXVI*); e as informações sobre o estado em que se achavam os trabalhos de reedificação passados 23 anos sobre o cataclismo, são preciosas para a história da cidade que ressurgiu das cinzas da Lisboa medieval.

Na *Memória XXXIII*, § 93, diz-nos que a torre da Igreja da Conceição Nova, situada na desaparecida Rua Nova, que era a mais comercial e rica da Lisboa antiga, enterrou-se pelo chão dentro, ficando inclinada como a de Piza; e era tal o monte de entulhos à sua roda, que os garotos conseguiam chegar aos sinos e fazê-los tocar. É pena que na *Memória*

(1) *Diccionario Bibliographico Portuguez*, por Inocêncio Francisco da Silva, tomo I, 1858, págs. 264.

XXXV, § 103, não nos diga o nome do religioso da Ordem de S. Jerónimo que *tomou o risco e direcção por sua conta*, de reedificar o tecto, (aliás, abóbada) do grande cruzeiro da Igreja de Belém, com grande economia sobre o orçamento feito pelos architectos.

Conquanto pareça que o nosso autor aprove muitas providências adoptadas na reedificação da cidade, todavia em todo o seu trabalho se revela a animosidade ou ódio que ele tinha ao grande reformador Marquês de Pombal, ainda então vivo.

Nunca o trata pelo seu título de nobreza; uma vez se refere a ele pelo seu nome: Sebastião José de Carvalho, secretário do reino (*Memória XXII, § 57*); porém mais de uma vez usa de circunlóquios para evitar escrever-lhe o nome; *ministro que com algum despotismo manejava o governo do reino... tal homem, como flagello do género humano... (Memória XVIII, §§ 48 e 49), ...secretário do reino que então, como primeiro ministro, manejava os negócios de toda a monarquia portugueza (Memória VII, § 19)*, etc.

Tem o manuscrito 56 páginas de texto, em cadernos de papel almaço branco, liso, marcado a água com um touro e as letras G. T.

A caligrafia é regular e os títulos dos capítulos, bem como o título geral *Memorias curiosas* que encima todas as páginas, são escritos a tinta encarnada. Tem algumas notas ou aditamentos na margem, feitos pelo próprio autor, e uma, a pág. 45, contendo uma rectificação ao texto, escrita por frei Francisco da Porciúncula, frade também do mesmo convento de S. Francisco da Cidade. Quanto à ortografia, está ela cheia de erros; palavras falhas ou com superabundância de letras, outras escritas de diferentes formas, havendo mesmo falta de algumas palavras, que o sentido do discurso facilmente deixa prever. Para tornar a leitura mais fácil, todos esses defeitos foram corrigidos na presente edição.

As notícias que este frade nos dá sobre o terremoto e vários acontecimentos passados entre aquele desastre e o tempo em que escreveu, são muito interessantes e valiosos documentos para a história de Lisboa, e em especial para a daquele cataclismo que tão grandes consequências teve na architectura, na topografia e na vida da nossa capital, e foram estas considerações que nos levaram a dar publicidade ao manuscrito, que consideramos inédito até esta data, para recreio ou estudo daqueles que por estes assuntos se interessam.

Lisboa, Agosto de 1929.